

PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO DE 2014 A 2019

Women's participation in the Brazilian labour market from 2014 to 2019

Carolina Troncoso BALTAR
Universidade Estadual de Campinas
cbaltar@gmail.com

Julia Alencar OMIZZOLO
Universidade Estadual de Campinas
j207515@dac.unicamp.br

RESUMO

Objetivo: A primeira década do século XXI no Brasil foi caracterizada por uma melhora do mercado de trabalho, em que ocorreu o aumento do salário mínimo e o aumento da formalização. Essa melhora do mercado de trabalho foi positiva para homens e mulheres, em que houve redução do desemprego e um aumento da formalização. Entretanto, o cenário se altera e o país passou por uma recessão em 2014-2016 e estagnação em 2016-2018, que acarretou um aumento considerável da taxa de desemprego, bem como da informalidade do trabalho. O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças na participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro nesse momento de piora da atividade econômica. Utilizamos dados da PNAD Contínua para estruturar a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro por ocupação entre 2014 -2019. Um dos resultados encontrados foi que a remuneração das mulheres se aproximou à dos homens, mas foi mantida a segregação ocupacional, isto é, mulheres continuaram inseridas em atividades voltadas aos cuidados e homens em atividades voltadas a produção. Os resultados sugerem que a redução de desigualdade salarial entre mulheres e homens foi consequência de deterioração do mercado de trabalho brasileiro com perdas de poder aquisitivo aos ocupados e não uma melhora na inserção feminina.

PALAVRAS-CHAVE: Mercado de trabalho brasileiro. Desigualdade de gênero. Segregação ocupacional.

ABSTRACT

Objective: The first decade of the 21st century in Brazil was characterized by an improvement in the labour market, sustained by an increase in the minimum wage and an increase in formalization. This improvement in the labour market was positive for men and women, in which there was a reduction in unemployment and an increase in formalization. However, the scenario altered, and the country experienced a recession in 2014-2016 and stagnation in 2016-2018, which resulted in a considerable increase in the unemployment rate, as well as in the informality of work. The objective of this work is to analyse the changes in the participation of women in the Brazilian labour market at a time of worsening economic activity. We used PNAD Continuous data to structure the participation of women in the Brazilian labour market by occupation between 2014-2019. One of the results found was that the remuneration of women was close to that of men, but occupational segregation was maintained, thus, women continued to be involved in activities aimed at care and men in activities aimed at production. The results suggest that the reduction of wage inequality between women and men was a consequence of the deterioration of the Brazilian labour market with losses of purchasing power to the employed and not an improvement in female insertion.

KEYWORDS: Brazilian labour market. Gender inequality. Occupational segregation.

Classificação JEL: J31, J16, J40

Recebido em: 15-02-2020. Aceito em: 22-06-2020.

1 INTRODUÇÃO

O período de 2004 a 2013 foi caracterizado por uma melhora importante do mercado de trabalho brasileiro, em que ocorreu o aumento do salário mínimo e o aumento da formalização. De acordo com Leone (2019), as diferenças entre homens e mulheres no mercado de trabalho sempre existiram, mas esse período de maior crescimento também foi caracterizado por uma melhora na inserção das mulheres. Houve redução do desemprego e aumento da formalidade das relações de trabalho para as mulheres, apesar de muitas mulheres em domicílios de baixo nível socioeconômico não terem tido condições de participar da atividade econômica.

O cenário se altera após 2014, quando o país passa por uma recessão (2014-2016) e estagnação (2016-2018), com resultados negativos para o mercado de trabalho. A taxa de desemprego aumentou consideravelmente, bem como a informalidade das relações de trabalho. Nesse contexto de piora na atividade econômica e no mercado de trabalho, as diferenças de remuneração entre homens e mulheres diminuem.

O objetivo deste trabalho é analisar as mudanças na participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro no período de 2014 a 2019, e verificar como a baixa atividade econômica no período de recessão e a lenta recuperação após 2017 afetou as diferenças entre mulheres e homens no mercado de trabalho nacional. Sabe-se que a mulher tem uma inserção desigual no mercado de trabalho com efeitos significativos nas atividades em que essas mulheres então inseridas e nas diferenças de salários por sexo, refletindo a segregação e a discriminação do mercado de trabalho. A hipótese é que uma aproximação das remunerações entre homens e mulheres, mantendo remunerações mais baixas para estas últimas, em um contexto de perda de poder aquisitivo dos ocupados apenas reflete a piora na condição dos ocupados e não uma melhor inserção da mulher no mercado de trabalho.

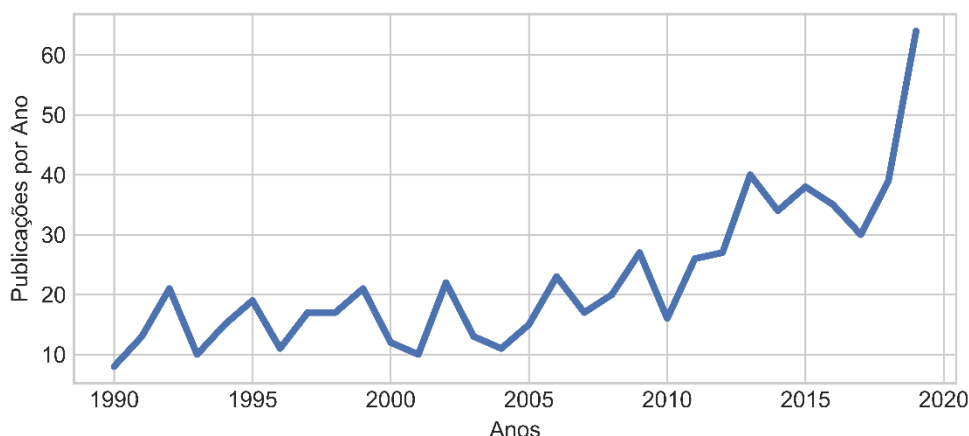
O artigo está organizado em cinco seções, incluindo esta introdução e a conclusão. A seção 2 faz uma revisão da literatura sobre segregação ocupacional no mercado de trabalho, com o objetivo de captar elementos para uma avaliação da inserção da mulher no mercado de trabalho. A seção 3 apresenta uma breve discussão da atividade econômica e do mercado de trabalho brasileiro no período de 2014 a 2019, procurando analisar alguns indicadores gerais de mercado de trabalho e verificar como a mulher se insere neste mercado. A seção 4 faz então uma análise da inserção da mulher no mercado de trabalho

brasileiro, incorporando a discussão sobre segregação e discriminação no mercado de trabalho. A seção 5 apresenta as principais conclusões do artigo.

1 SEGREGAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Recentemente, o papel da segregação no mercado de trabalho ganhou relevância na literatura sobre desigualdades entre mulheres e homens. Utilizando a base de dados *Scopus* e empregando na pesquisa os termos “*gender segregation*” e “*occupational segregation*”, um total de 671 trabalhos foram encontrados¹. Determinamos o período de análise entre 1990 até 2019 e limitamos a amostra para apenas artigos publicados². A figura 1 ilustra o número de trabalhos publicados por ano. Podemos observar uma estabilidade na quantidade de publicações sobre o tema entre 1990 até meados dos anos 2000. Após 2005 observamos uma tendência de crescimento na quantidade de publicações, especialmente entre 2016 e 2019³.

Figura 1 - Número de publicações por ano sobre segregação ocupacional



Fonte: *Scopus*. Elaboração própria.

Os trabalhos encontrados sobre segregação ocupacional estão concentrados principalmente na área de ciências sociais e economia. Os trabalhos focados nos aspectos econômicos procuram entender a interação entre segregação ocupacional e diferença salarial entre mulheres e homens. O que as pesquisas mostram é que mulheres e homens

¹ Fizemos uma análise manual, para excluir trabalhos não coerentes com os termos pesquisados.

² Considerando o mesmo período, incluindo publicações em livros e congressos encontramos uma amostra de 813 trabalhos.

³O ano de 2019 apresentou 64 publicações.

tendem a trabalhar em ocupações ou setores de atividade diferentes e as remunerações das mulheres tendem a ser mais baixas. A segregação também pode se manifestar quando homens e mulheres apresentam diferentes condições e contratos de trabalho.

O termo segregação no mercado de trabalho significa uma assimetria na contratação de trabalhadores pelas empresas, baseada em certas características, como sexo, cor, nacionalidade e qualificação profissional. O resultado desta assimetria é uma tendência à concentração de trabalhadores em segmentos distintos, tendendo à formação de setores e guetos ocupacionais. De acordo com Oliveira (1998), quando a proporção de homens e mulheres em grupos ocupacionais ou setores de atividade forem diferentes em relação à proporção observada na população como um todo, podemos definir esse fenômeno como segregação ocupacional.

De acordo com Teixeira (2017), a segregação pode ser horizontal ou vertical. No primeiro caso, os sexos se distribuem de forma desproporcional dentro da estrutura ocupacional, isto é, há atividades destinadas à homens e outras a mulheres. Já o segundo caso ocorre dentro de uma mesma ocupação, quando um dos sexos tende a se situar em graus ou níveis hierárquicos superiores em relação ao outro.

Há diversos trabalhos recentes que destacam a relação entre segregação ocupacional e diferença salarial entre mulheres e homens⁴. Herrera et al (2019) encontram que a segregação ocupacional da Nicarágua é responsável por explicar parte da diferença salarial entre mulheres e homens. Del Río e Alonso-Villar (2012) investigam a segregação de mulheres imigrantes na Espanha. Os autores apontam que as mulheres imigrantes estão concentradas em trabalhos de reprodução com baixa remuneração e apresentam uma maior segregação ocupacional em relação aos homens imigrantes. Levanon et al (2009), utilizando os dados do Censo dos Estados Unidos (EUA) entre 1950 até 2000, identificaram que ocupações com maior participação de mulheres pagam menos que as ocupações que tipicamente contém uma menor percentagem de mulheres. Alonso-Villar e Del Río (2017) focam a análise de segregação ocupacional para entender a baixa posição das mulheres afro descendentes dos EUA no mercado de trabalho. Durante o período de 1940 até 2010, os autores identificaram que a remuneração das mulheres afro descendentes dentro de uma mesma ocupação é inferior que às dos demais trabalhadores.

⁴ Além da dinâmica da segregação ocupacional e diferença salarial, uma outra linha de argumentação para as assimetrias de gênero pode ser encontrada na literatura que trata da interação entre as dimensões espaciais e a segregação da atividade econômica. Burnell (1997) faz uma revisão dessa literatura.

A questão da segregação ocupacional e desigualdades salarial entre mulheres e homens no Brasil ainda é uma dimensão pouco explorada. Encontramos alguns trabalhos recentes que procuram entender a interação entre segregação ocupacional e diferença salarial de gênero no mercado de trabalho brasileiro. O trabalho de Madalozzo (2010) que analisa a segregação ocupacional e diferença salarial para o Brasil durante 1978 até 2007, o trabalho de Salardi (2016) que analisa a segregação ocupacional e diferença salarial para o Brasil durante 1987 até 2007 e incorpora a interação desses dois aspectos com a questão racial e, o trabalho de Oliveira (2003)⁵.

Madalozzo (2010) encontra que nos 30 anos analisados as mulheres conseguiram penetrar ocupações tradicionalmente masculinas⁶. Contudo, não foi observado a penetração de homens nas ocupações caracterizadas como tradicionalmente femininas. Sendo assim, apesar da melhora das condições do mercado de trabalho para as mulheres no Brasil, as mulheres, geralmente, recebem remunerações menores se comparadas com às dos homens. Salardi (2016) destaca a importância do mercado de trabalho formal na queda da segregação. Nos 20 anos observados a segregação de gênero foi superior, em termos absolutos, em relação à segregação racial, contudo, a segregação de gênero caiu mais rapidamente do que a segregação racial. Oliveira (2003) analisou a segregação do mercado de trabalho brasileiro nos anos 1980 e 1990 e identificou que ocupações consideradas tradicionalmente femininas apresentam uma remuneração abaixo das ocupações consideradas tradicionalmente masculinas.

Podemos identificar que a segregação ocupacional é um elemento chave para compreender a diferença salarial. Os aspectos que causam a segregação ocupacional, assim como o porquê de as mulheres não terem acesso à empregos em determinadas ocupações, requer uma análise mais profunda do mercado de trabalho. Essas questões são fundamentais para entender como a segregação ocupacional interage com a diferença salarial e como a diferença salarial reforça a segregação ocupacional. Partindo dessa ideia, nosso trabalho busca de maneira exploratória incorporar a análise da segregação ocupacional para compreender a diferença salarial entre mulheres e homens no período recente de recessão e estagnação da economia brasileira.

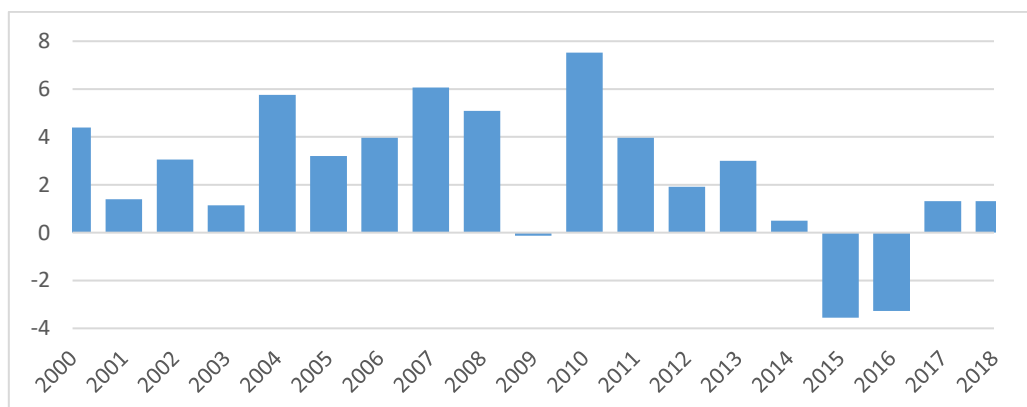
⁵ A literatura sobre desigualdade de gênero no Brasil é vasta. Procuramos identificar os trabalhos que lidam diretamente com a interação entre segregação do mercado de trabalho e diferença salarial.

⁶ Curiosamente, Madalozzo (2010) encontra que em 1978 as mulheres representavam 18,76% dos economistas, em 2007 mais de 76 % dos economistas eram mulheres.

2 ATIVIDADE ECONÔMICA E MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

A economia brasileira apresentou um período de maior crescimento econômico entre 2004 e 2008, quando a situação do cenário internacional foi favorável ao país (Figura 2). As exportações cresceram, bem como o consumo e o investimento, resultando em maior atividade econômica (ARESTIS; BALTAR, 2019). Neste contexto, o governo implementou políticas de renda que estimularam ainda mais a atividade econômica, e tiveram consequências positivas para a distribuição de renda do país (CALIXTRE; FAGNANE, 2017). A crise financeira internacional afetou a atividade econômica brasileira em 2009, mas a manutenção das políticas de renda do governo foram capazes de sustentar o crescimento do consumo e de recuperar a atividade econômica em 2010, entretanto com um crescimento do PIB mais baixo a partir de 2011 (ARESTIS; BALTAR, 2017). O crescimento positivo do PIB ocorreu até 2014, quando se encerra o período de crescimento com melhora na distribuição de renda. A partir de então, a economia brasileira entrou em recessão (2015 e 2016) e após 2017 entrou em um período de baixo crescimento do PIB.

Figura 2 - Taxa de Crescimento Real Anual do PIB brasileiro (em %)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do Banco Central do Brasil.

O ano de 2014 encerrou o breve período de crescimento com uma taxa de participação de 60,9%, uma taxa de desemprego de 6,8% e uma taxa de ocupação de 56,8% (Tabela 1)⁷. Esses indicadores refletem a melhora do mercado de trabalho brasileiro

⁷ Os dados calculados a partir da PNAD contínua são realizados a partir da informação do terceiro trimestre de cada país pois é o trimestre que melhor caracteriza a estrutura da economia brasileira e seu mercado de trabalho (BALTAR; ROLIM, 2018).

que ocorreu a partir de 2004 e que se manteve após 2008, apesar da desaceleração do crescimento do PIB (BALTAR; LEONE, 2015). Uma taxa de desemprego de 6,8% para o histórico da economia brasileira pode ser considerada uma baixa taxa de desemprego.

Tabela 1 - Dados Gerais (em %)

	Homem			Mulher			Total		
	2014	2016	2019	2014	2016	2019	2014	2016	2019
Taxa de Participação	72,4	72,0	71,8	50,4	51,3	53,3	60,9	61,2	62,1
Taxa de Desemprego	5,6	10,5	10,0	8,2	13,5	13,9	6,8	11,8	11,8
Taxa de Ocupação	68,3	64,5	64,6	46,3	44,3	45,9	56,8	54,0	54,8

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

O PIB brasileiro caiu significativamente em 2015 e 2016 (Figura 1), fazendo com que a taxa de ocupação caísse de 56,8% para 54%, a taxa de desemprego aumentasse de 6,8% para 11,8% em 2016 e a taxa de participação aumentasse de 60,9% para 61,2% (Tabela 1). Conforme apontado por Baltar e Rolim (2018), o aumento significativo na taxa de desemprego foi resultado de um aumento expressivo da população economicamente ativa (PEA), que cresceu mais do que a população em idade ativa (PIA), o que significou um aumento na taxa de participação. Essa piora no mercado de trabalho com o aumento significativo da taxa de desemprego se manteve com a recuperação lenta da atividade econômica a partir de 2017.

A taxa de participação aumentou com a recessão e seguiu aumentando no período de estagnação (subiu para 62,1% em 2019). Esse aumento ocorreu devido ao aumento da taxa de participação feminina, já que a taxa de participação masculina caiu (Tabela 1). Apesar do aumento da taxa de participação feminina, esta é bastante inferior à masculina, refletindo o alto contingente feminino dedicado às atividades reprodutivas e fora do mercado de trabalho (MELO; THOMÉ, 2018). O aumento da taxa de participação feminina ocorreu provavelmente devido ao contexto de recessão e estagnação que aumentou a taxa de desemprego masculina e as mulheres decidiram entrar no mercado de trabalho com o intuito de melhorar a condição de vida da família. Entretanto, muitas dessas mulheres entraram no mercado de trabalho e ficaram desempregadas.

Assim, o aumento da taxa de participação no período de estagnação ao mesmo tempo em que a taxa de desemprego se manteve em 11,8% significou uma mudança de composição entre homens e mulheres. A taxa de desemprego masculina apresentou uma pequena redução com a lenta recuperação da atividade econômica, mas esta situação não

ocorreu para o caso feminino, que apresentou aumento na taxa de desemprego em uma situação de pequena melhora na atividade econômica.

O aumento da taxa de participação feminina ocorreu em todas as idades, mas principalmente para as jovens (14 a 24 anos) e as mulheres entre 25 e 54 anos (Tabela 2). No período de estagnação, nota-se também um aumento da taxa de participação feminina para mulheres acima de 55 anos. No caso dos homens, a taxa de participação apresentou uma pequena redução em 2016, resultado principalmente da redução da taxa de participação dos jovens. Já a pequena redução da taxa de participação masculina em 2019 foi resultado da pequena redução da participação de homens de 25 a 54 anos. Assim, a taxa de participação total aumentou nos dois períodos considerados como consequência do aumento da participação feminina em todas as idades.

Tabela 2 -Taxa de Participação (em %)

	Homem			Mulher			Total		
	2014	2016	2019	2014	2016	2019	2014	2016	2019
14 a 24 anos	56,0	54,9	56,8	42,2	43,1	46,5	49,2	49,2	51,7
25 a 54 anos	90,7	90,6	90,2	67,5	68,8	71,7	78,6	79,3	80,5
55 anos e mais	45,3	45,3	46,5	21,1	21,5	24,0	31,9	32,1	34,0
Total	72,4	72,0	71,8	50,4	51,3	53,3	60,9	61,2	62,1

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

O aumento da taxa de participação com a queda da atividade econômica veio acompanhado de expressivo aumento da taxa de desemprego. Essa taxa de desemprego aumentou para todas as idades, mas sempre foi particularmente expressivo no caso dos jovens, tanto homens quanto mulheres. A taxa de desemprego feminina é sempre maior que a masculina, exceto para pessoas de 55 anos e mais. Neste último caso, a taxa de participação feminina é baixa em relação à masculina. A taxa de desemprego aumentou de 2014 a 2016 para pessoas de 25 a 54 anos e essa taxa se mantém em 2019. Apesar de se manter em torno de 9,2%, houve aumento da taxa de desemprego para mulheres e redução para homens nessa faixa etária de 2016 a 2019.

Tabela 3 - Taxa de Desemprego (em %)

	Homem			Mulher			Total		
	2014	2016	2019	2014	2016	2019	2014	2016	2019
14 a 24 anos	13,6	24,5	23,8	19,5	32,0	32,8	16,1	27,7	27,8
25 a 54 anos	4,2	7,9	7,5	6,3	10,6	11,2	5,1	9,1	9,2

55 anos e mais	2,3	5,2	5,7	2,1	3,8	4,9	2,2	4,6	5,4
Total	5,6	10,5	10,0	8,2	13,5	13,9	6,8	11,8	11,8

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

Em resumo, a recessão significou um aumento significativo da taxa de desemprego no país e a pequena retomada da atividade econômica a partir de 2017 não foi capaz de reduzir essa taxa. Uma das explicações ao aumento da taxa de desemprego, além da própria atividade econômica, foi o aumento da taxa de participação feminina, em que as mulheres entraram no mercado de trabalho em busca de emprego, mas sua inserção ocorreu na forma do desemprego. Essa inserção desigual entre homens e mulheres fica mais clara na pequena recuperação da atividade econômica a partir de 2017, em que a taxa de desemprego masculina apresenta uma pequena melhora, enquanto a da mulher seguiu aumentando. Essa desigualdade entre homens e mulheres na atividade econômica está ligada fundamentalmente à repartição histórica e cultural das tarefas domésticas e do cuidado dos filhos, principalmente quando ambos os cônjuges trabalham por remuneração (HIRATA, 2017; LEONE, 2017). Essa repartição leva à segregação do mercado de trabalho que também pode refletir em discriminação.

3 MERCADO DE TRABALHO POR SETOR DE ATIVIDADE

As pessoas ocupadas no mercado de trabalho brasileiro estão distribuídas em diferentes setores de atividade. As atividades mais importantes são as atividades de comércio e reparação, indústria, serviços as empresas e agrícola (Tabela 4). Essas atividades têm uma participação mais elevada de homens do que de mulheres. As atividades ligadas aos serviços doméstico e a educação, saúde e serviços sociais, que são atividades ligadas ao cuidado, são atividades exercidas predominantemente por mulheres, enquanto as atividades mais voltadas à atividade produtiva, como indústria, construção, agrícola e transporte, a participação feminina é bastante reduzida. De acordo com Melo e Thomé (2018), “a estrutura do mercado de trabalho ainda é extremamente sensível ao papel tradicional feminino, e as trabalhadoras estão concentradas naquelas atividades relacionadas a essas tarefas: cuidadora de crianças, velhos e doentes” (p. 113).

Tabela 4 - População Ocupada de 14 anos e mais de idade segundo setor de atividade e sexo

	Proporção Ocupados (%)			Proporção Mulheres (%)			Participação Mulheres (%)		
	2014	2016	2019	2014	2016	2019	2014	2016	2019
Agrícola	10,4	10,0	9,1	5,4	4,7	4,1	22,0	20,1	20,1
Indústria	14,5	12,9	12,9	11,5	10,3	10,1	33,6	34,1	34,4
Construção	8,3	8,0	7,3	0,6	0,6	0,6	3,3	3,1	3,7
Comércio e reparação	18,7	19,0	18,8	18,7	18,6	18,6	42,7	41,9	43,4
Transporte, armazenagem e comunicação	4,5	5,0	5,2	1,2	1,2	1,3	11,7	10,1	11,4
Alojamento e alimentação	4,6	5,2	5,8	6,2	6,8	7,4	57,8	56,1	55,4
Serviços empresas	11,6	10,7	11,3	11,3	10,3	10,9	41,7	41,4	42,4
Administração pública	6,4	5,8	5,3	6,9	5,4	4,8	45,4	39,7	39,2
Educação, saúde e serviços sociais	10,0	11,7	12,2	17,7	20,7	21,0	75,8	75,9	75,4
Outros serviços	4,6	4,8	5,3	6,3	6,4	7,0	58,2	57,6	57,8
Serviços domésticos	6,5	6,9	6,8	14,2	14,9	14,2	93,3	92,7	92,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	42,6	42,8	43,9

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

A maior parte das mulheres que estão inseridas no mercado de trabalho estão ligadas principalmente às atividades de educação, saúde e serviços sociais, comércio e reparação e serviços domésticos (Tabela 4). Já os homens estão concentrados nas áreas de comércio e reparação, indústria, serviços a empresas e atividades agrícolas. Apesar das mudanças na atividade econômica e seus efeitos na ocupação, não houve alterações significativas na distribuição entre homens e mulheres nos diferentes setores de atividade, preservando essa característica segregada do mercado de trabalho brasileiro.

Um setor de atividade que é praticamente ocupado por mulheres é o de serviços domésticos. De acordo com Melo e Thomé (2018), o trabalho doméstico remunerado tem marcado a vida social brasileira, sendo provavelmente resultado de uma distribuição de renda desigual. Esse tipo de atividade representa quase 7% da ocupação no país, sendo que 96,6% dessa atividade era exercida por mulheres em 2019. Considerando apenas a ocupação exercida por mulheres, essa atividade representa cerca de 14% (Tabela 4). “A ocupação trabalhadora doméstica tem a marca profunda da discriminação com a qual a sociedade patriarcal define a vida das mulheres. Essa ocupação espelha o papel do trabalho doméstico na reprodução humana. E, apesar do avanço do movimento de mulheres, a percepção da sociedade sobre o trabalho doméstico não se alterou, sua realização permanece uma obrigação feminina” (MELO; THOMÉ, 2018, p. 116).

Outra característica marcante do mercado de trabalho brasileiro é que apenas 51,8% dos ocupados em 2014 tinham contrato de trabalho formal de acordo com a legislação trabalhista do país (Tabela 5). Essa formalização caiu com a recessão e seguiu caindo até 2019, apesar da pequena recuperação da atividade econômica. De acordo com Krein et al. (2018), essa redução da formalização pode ser um reflexo da reforma trabalhista implementada em novembro de 2017, que alterou o sistema jurídico de proteção ao trabalho no Brasil. Essa queda da formalização no período considerado ocorre com aumento de assalariados informais e também com não assalariados, que seriam conta própria e empregadores.

Tabela 5 - Formalização da População Ocupada de 14 anos e mais de idade segundo setor de atividade

	Formais (%)			Informais (%)			Não assalariado (%)		
	2014	2016	2019	2014	2016	2019	2014	2016	2019
Agrícola	15,9	17,2	17,3	18,2	21,0	23,3	65,9	61,9	59,3
Indústria	69,7	67,4	63,3	10,0	9,7	11,2	20,3	22,9	25,5
Construção	31,0	27,8	22,2	17,0	18,7	20,6	51,9	53,5	57,2
Comércio e reparação	50,2	48,6	45,9	13,0	13,1	14,4	36,7	38,3	39,8
Transporte, armazenagem e comunicação	54,9	53,4	43,7	9,4	9,1	10,4	35,6	37,5	45,9
Alojamento e alimentação	42,6	39,9	31,1	18,1	17,2	20,7	39,3	42,9	48,2
Serviços prestados a empresas	68,7	66,1	62,2	10,6	11,0	12,1	20,8	22,9	25,8
Administração pública	79,6	81,4	78,1	20,2	18,4	21,9	0,1	0,2	0,0
Educação, saúde e serviços sociais	74,5	73,8	70,8	17,2	17,6	19,6	8,3	8,5	9,6
Outros serviços	24,3	22,8	20,5	20,4	18,3	17,7	55,3	59,0	61,9
Serviços domésticos	32,0	32,9	27,5	68,0	66,1	71,6	0,0	1,0	0,9
Total	51,8	50,4	46,8	18,0	18,4	20,2	30,1	31,1	33,0

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

Os setores de atividade com maior formalização no país são os setores da administração pública, educação, saúde e serviços sociais e a indústria (Tabela 5). No caso da indústria e da educação, saúde e serviços sociais, houve redução da formalização no período considerado. No caso da indústria, nota-se um aumento importante dos não assalariados, que tem um peso alto os conta-própria. No caso da educação, saúde e serviços sociais, aumentam-se principalmente os assalariados sem um contrato de trabalho formal.

O aumento da informalidade ocorre para todos os setores de atividade, exceto para outros serviços, que tem um peso bastante elevado de não assalariados e esse peso aumenta de forma significativa na recessão e na estagnação (Tabela 5). A maior parte dos

setores com baixa formalização no Brasil, como o agrícola, construção e outros serviços, são setores com um peso alto de não assalariados, principalmente conta-própria, e essa proporção aumenta no período considerado. No caso do serviço doméstico, em que a formalização é baixa e reduz no período, a maior parte desse trabalho é assalariado sem contrato de trabalho formal.

Quando analisamos a formalização por sexo, notamos que a proporção de mulheres ocupadas com contrato de trabalho formal foi baixa, se manteve no período de recessão e caiu no período de recuperação da atividade econômica (Tabela 6). Comparando a formalização feminina com a ocupação total, notamos que a formalização feminina é ligeiramente maior. Isso ocorre porque os setores de educação, saúde e serviços sociais e o setor de serviços prestados a empresas são setores com uma participação importante das mulheres ocupadas e são setores que tem uma formalização mais alta em relação aos demais setores de atividade.

Tabela 6 - Formalização da População Ocupada de 14 anos e mais de idade segundo setor de atividade e sexo

	Proporção Formais (%)			Proporção Mulheres (%)			Prop. Mulheres Formais (%)		
	2014	2016	2019	2014	2016	2019	2014	2016	2019
Agrícola	15,9	17,2	17,3	5,4	4,7	4,1	9,8	12,7	11,3
Indústria	69,7	67,4	63,3	11,5	10,3	10,1	59,6	58,5	51,5
Construção	31,0	27,8	22,2	0,6	0,6	0,6	65,1	61,6	47,9
Comércio e reparação	50,2	48,6	45,9	18,7	18,6	18,6	52,1	51,1	47,6
Transporte, armazenagem e comunicação	54,9	53,4	43,7	1,2	1,2	1,3	73,4	70,5	64,6
Alojamento e alimentação	42,6	39,9	31,1	6,2	6,8	7,4	44,3	42,3	31,5
Serviços prestados a empresas	68,7	66,1	62,2	11,3	10,3	10,9	73,4	70,6	66,5
Administração pública	79,6	81,4	78,1	6,9	5,4	4,8	76,4	78,2	73,8
Educação, saúde e serviços sociais	74,5	73,8	70,8	17,7	20,7	21,0	75,7	74,9	71,7
Outros serviços	24,3	22,8	20,5	6,3	6,4	7,0	21,7	20,6	19,0
Serviços domésticos	32,0	32,9	27,5	14,2	14,9	14,2	30,7	31,9	26,2
Total	51,8	50,4	46,8	100,0	100,0	100,0	53,8	53,3	48,9

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano.

Já o setor de serviços domésticos, que é um setor importante para a ocupação feminina, tem uma taxa de formalização bastante baixa, e essa taxa é mais baixa para as mulheres em relação à ocupação total. É interessante notar que neste caso houve um pequeno aumento de formalização durante a recessão e uma redução mais significativa da

formalização no período de pequena recuperação da atividade econômica, provavelmente refletindo as mudanças a partir da reforma trabalhista.

O setor da indústria, que tem uma taxa de formalização relativamente mais alta, para o caso feminino, essa formalização é mais baixa (59,6% em 2014, caindo para 51,5% em 2019). Comércio e reparação, que é um dos setores que apresentam maior ocupação no Brasil, é também um setor em que apenas metade dos ocupados são formais, valendo tanto para homens quanto para mulheres. E o setor de administração pública, que é um setor com um grau de formalização mais alto, no caso das mulheres, essa proporção é ligeiramente menor.

Assim, podemos afirmar que a taxa de formalização no Brasil é baixa, mas alguns setores têm uma taxa relativamente mais elevada, principalmente aqueles ligados a administração pública e a educação, saúde e serviços sociais. A formalização feminina acompanha a característica da ocupação no país, exceto na indústria, em que a formalização feminina é relativamente baixa em relação a ocupação total. Uma característica do período analisado é que com a retomada da atividade econômica após 2017, há uma redução da formalização e isso ocorre para todos os setores de atividade, tanto para o total de ocupados, quanto para as mulheres. Essa redução da formalização ocorre com aumento de participação de assalariados sem contrato de trabalho, mas principalmente com o aumento de ocupados não assalariados, como o conta-própria. O caso dos serviços domésticos, que é uma ocupação basicamente feminina, a taxa de formalização já é bastante baixa e houve redução no período.

A renda média dos ocupados em 2016 foi 14,9% maior do que a renda média de 2014 (Tabela 7). A inflação medida pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC)⁸ no período foi de 20,2%, o que significa que o poder de compra da renda média do trabalho caiu de 2014 a 2016. Quando comparamos 2019 com 2014, a renda média de 2019 foi 30% maior do que a renda média de 2014 e a inflação do trimestre medida pelo INPC em 2019 foi 31% maior do que em 2014. Isso significa que a pequena recuperação da atividade econômica a partir de 2017 recuperou parcialmente a redução do poder de compra observado no período de recessão, o que significou que o poder de compra em 2019 ainda foi inferior ao observado em 2014.

⁸ A inflação do período foi considerada pelo INPC. Como os dados da renda média se referem ao terceiro trimestre, calculou-se a média de julho, agosto e setembro do INPC para obter a inflação média do terceiro trimestre para cada ano considerado.

Tabela 7 - Rendimento Mensal Médio Habitual dos Ocupados por Setor de Atividade e sexo

	Rendimento Médio			Rendimento Mulher/Homem		
	2014	2016	2019	2014	2016	2019
Agrícola	980,32	1.122,18	1.300,54	69,4	81,7	72,3
Indústria	1.782,82	2.050,48	2.281,55	61,4	68,8	62,7
Construção	1.414,51	1.628,06	1.799,94	135,8	142,8	166,1
Comércio e reparação	1.465,68	1.676,69	1.844,54	69,0	69,8	73,4
Transporte, armazenagem e comunicação	1.833,37	2.047,25	2.200,23	93,9	93,7	96,2
Alojamento e alimentação	1.290,42	1.379,41	1.456,18	69,1	80,1	75,2
Serviços prestados a empresas	2.496,48	2.911,98	3.257,17	70,4	74,3	74,7
Administração pública	2.789,07	3.592,32	4.274,19	77,9	85,7	87,1
Educação, saúde e serviços sociais	2.230,51	2.573,85	3.059,03	57,8	60,7	63,4
Outros serviços	1.403,18	1.536,64	1.692,98	62,2	67,8	72,9
Serviços domésticos	691,77	814,89	896,75	74,2	75,3	77,3
Total	1.710,45	1.965,19	2.223,17	73,7	77,5	78,4

Fonte: Elaboração própria a partir da PNAD Contínua. Informações para o terceiro trimestre de cada ano. Os rendimentos estão em Reais.

Essa redução do poder de compra da renda média do trabalho durante o período de recessão ocorreu para os ocupados em todos os setores de atividade, exceto para a administração pública que teve um crescimento da renda média do trabalho acima da inflação (cresceu 28,8% de 2014 a 2016). Neste último caso, o aumento do poder de compra ocorreu com aumento da formalização no período considerado (Tabelas 5 e 7). Com a lenta recuperação da atividade econômica a partir de 2017, o poder de compra dos ocupados no setor em 2019 foi maior do que o poder de compra de 2014. O setor de educação, saúde e serviços sociais apresentou queda de poder de compra de 2014 a 2016, mas a lenta recuperação a partir de 2017 possibilitou a recuperação do poder de compra dos ocupados no setor. O mesmo se verificou no setor agrícola. Todos os demais setores apresentaram redução do poder de compra na recessão e a lenta recuperação a partir de 2017 não foi capaz de recuperar o poder de compra da renda dos ocupados.

Quando comparamos o rendimento feminino com o masculino, notamos que a mulher tem um rendimento inferior ao do homem, para todos os setores de atividade. A única exceção é o setor de construção em que a participação feminina é insignificante. A recessão da atividade econômica em 2015 e 2016 aproximou a renda das mulheres e dos homens, em um momento de perda do poder aquisitivo dos ocupados. De acordo com Baltar, Rolim e Leone (2018), essa aproximação da renda da mulher em relação a do homem no período de recessão foi resultado de um achatamento da distribuição para as rendas mais baixas, com um aumento da proporção de ocupações com menores salários. A

recuperação da atividade econômica manteve essa aproximação da renda de mulheres e homens, mas o rendimento mensal feminino ainda era 78,4% do rendimento masculino em 2019 (Tabela 7).

Assim, a segregação do mercado de trabalho brasileiro, em que mulheres estão inseridas em atividades voltadas aos cuidados e homens em atividades voltadas a produção, é mantida no Brasil no período de 2014 a 2019, explicitando essa característica estrutural do mercado de trabalho. Esse período foi marcado por uma expressiva redução da formalização, que sempre foi bastante baixa no país. Nesse contexto, o poder aquisitivo dos ocupados se reduz e a lenta recuperação da atividade econômica a partir de 2017 não foi capaz de recuperar essa perda. É nesse contexto em que ocorre uma pequena aproximação da remuneração das mulheres em relação à dos homens, porém está ainda se mantém bastante inferior. Nesse sentido, a aproximação das rendas ocorre pela deterioração do mercado de trabalho brasileiro com perdas de poder aquisitivo aos ocupados do que por uma melhora na inserção feminina.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentre os principais aspectos de assimetria econômica entre mulheres e homens está a diferença salarial e a baixa participação das mulheres no mercado de trabalho. Portanto, identificar os determinantes da diferença salarial é uma agenda de pesquisa importante para o desenvolvimento econômico. Neste trabalho, procuramos incorporar o aspecto da segregação ocupacional como um elemento central para explicar a diferença salarial entre mulheres e homens no Brasil.

Para o período analisado encontramos uma aproximação da remuneração das mulheres em relação à dos homens. Contudo, devemos contextualizar esse resultado. Tradicionalmente, em momentos de recessão e estagnação, setores ligados à produção são afetados diretamente. No Brasil, são os setores com maior participação masculina. Assim, a aproximação das remunerações das mulheres em relação aos homens no período recente parece resultar da piora na condição dos ocupados, com redução no poder de compra dos salários e aumento do desemprego, e não por uma melhor inserção da mulher no mercado de trabalho. Uma análise quantitativa mais profunda do mercado de trabalho brasileiro é necessária para entender como esses dois aspectos – segregação ocupacional e diferença salarial entre mulheres e homens – interagem e reforçam um ao outro.

REFERÊNCIAS

ALONSO-VILLAR, O; DEL RÍO, C. **The occupational segregation of African American women: Its evolution from 1940 to 2010**. *Feminist Economics*, v. 23, n. 1, p. 108-134, 2017.

ARESTIS, P.; BALTAR, C. T. Income Distribution, Productivity and Economic Growth: Empirical Evidence in the Case of Brazil. In: ARESTIS, P.; BALTAR, C. T.; DANIELA MAGALHÃES PRATES (Eds.). **The Brazilian Economy since the Great Financial Crisis of 2007/2008**. [s.l.] Palgrave Macmillan UK, 2017.

ARESTIS, P.; BALTAR, C. T. A model of economic growth for an open emerging country: empirical evidence for Brazil. **Structural Change and Economic Dynamics**, v. 49, n. C, p. 217–227, 2019.

BALTAR, C. T.; ROLIM, L. N. Desigualdade e vulnerabilidade no mundo do trabalho. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. DOS (Eds.). **Dimensões Críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**. Campinas, SP: Curt Nimuendajú, 2018.

BALTAR, C. T.; ROLIM, L. N.; LEONE, E. T. **The effects of the Brazilian recession on income inequality between men and women** mimeo, 2018.

BALTAR, P.; LEONE, E. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. **Estudos Avançados**, v. 29, n. 85, p. 53–67, dez. 2015.

BURNELL, B. S. **Some reflections on the spatial dimensions of occupational segregation**. *Feminist Economics*, v. 3, n. 3, p. 69-86, 1997.

CALIXTRE, A.; FAGNANE, E. **A Política Social e os Limites do Experimento Desenvolvimentista (2003-2014)**. Discussion Paper IE/UNICAMP, n. 295, 2017.

DEL RÍO, C; ALONSO-VILLAR, O. **Occupational segregation of immigrant women in Spain**. *Feminist Economics*, v. 18, n. 2, p. 91-123, 2012.

HERRERA, C; DIJKSTRA, G; RUBEN, R. **Gender segregation and income differences in Nicaragua**. *Feminist Economics*, v. 25, n. 3, p. 144-170, 2019.

HIRATA, H. O que mudou e o que permanece no panorama da desigualdade entre homens e mulheres? Divisão sexual do trabalho e relações de gênero numa perspectiva comparativa. In: LEONE, E. T.; KREIN, D.; TEIXEIRA, M. (Eds.). **Mundo do trabalho das mulheres: ampliar direitos e promover a igualdade**. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, 2017.

KREIN, J. D. et al. Flexibilização das relações de trabalho: insegurança para os trabalhadores. In: KREIN, J. D.; GIMENEZ, D. M.; SANTOS, A. L. DOS (Eds.). **Dimensões Críticas da Reforma Trabalhista no Brasil**. Campinas: Curt Nimuendajú, 2018.

LEONE, E. Os impactos do crescimento econômico com inclusão social na participação das mulheres no mercado de trabalho. In: LEONE, E.; KREIN, D.; TEIXEIRA, M. (Eds.). **Mundo do Trabalho das Mulheres. Ampliar Direitos e promover a igualdade**. São Paulo: Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres, 2017.

LEONE, E. T. Participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro no contexto do crescimento econômico com distribuição de renda (2004-2013). **Texto para Discussão, IE/Unicamp**, n. 363, p. 14, 2019.

LEVANON, A; ENGLAND, P; ALLISON, P. **Occupational feminization and pay: Assessing causal dynamics using 1950–2000 US census data**. Social Forces, v. 88, n. 2, p. 865-891, 2009.

MADALOZZO, R. **Occupational segregation and the gender wage gap in Brazil: an empirical analysis**. Economia aplicada, v. 14, n. 2, p. 147-168, 2010.

MELO, H. P. DE; THOMÉ, D. **Mulheres e poder**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

OLIVEIRA, A.M.H.C. (1998) **Indicadores de segregação ocupacional por sexo no Brasil**. XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais da ABEP. Caxambu, MG. Belo Horizonte.

OLIVEIRA, A. M. H. A Segregação Ocupacional por Gênero e seus Efeitos sobre os Salários no Brasil. In: WAJNMAN, S e MACHADO, A.F (Eds.). **Mercado de Trabalho: Uma Análise a partir das Pesquisas Domiciliares no Brasil**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2003.

RIBEIRO, R. AND ARAUJO, G.S. (2016) **Occupational segregation in the labour market according to skin colour and level of schooling in contemporary Brazil**. Nova Economia, vol. 26 (1), pp. 147-177.

SALARDI, P. **The Evolution of Gender and Racial Occupational Segregation Across Formal and Non-Formal Labor Markets in Brazil, 1987 to 2006**. Review of Income and Wealth, v. 62, p. S68-S89, 2016.

TEIXEIRA, M.O. (2017) **O que gera e perpetua a segregação, a discriminação e as desigualdades salariais**. In: Leone, E; Krein, J.D. and Teixeira, M. (Orgs.) Mundo do Trabalho das Mulheres. Ampliar Direitos e promover a igualdade. São Paulo. Secretaria de Políticas do Trabalho e Autonomia Econômica das Mulheres. Campinas, SP. Unicamp. IE. Cesit